

## O que significa classificar? A relação entre o cientista social e seu objeto na sociologia de Pierre Bourdieu.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral, Vol. 1: lutas de classificação: Curso no Collège de France (1981-1982)*. 2020. 1ª ed, Editora Vozes.

Tarik Dias Hamdan<sup>1</sup>

Pierre Bourdieu, um dos principais autores do século XX, é conhecido por apresentar uma teoria sociológica de difícil compreensão para o público de maneira geral. Contudo, conceitos como campo, capital e *habitus*, cunhados pelo escritor, se tornaram repertório comum entre os pesquisadores da área.

Em contraposição à linguagem difícil de outras obras, o curso transcrito e intitulado *Sociologia geral, vol. 1: lutas de classificação*<sup>2</sup>, recém publicado no Brasil, possui oito aulas que pretendem descrever e explicar a especificidade do fazer sociológico no processo de compreensão dos seus objetos. Enquanto as primeiras quatro aulas versam sobre os problemas da teoria sociológica de sua época, as últimas se centram nas contribuições de Bourdieu para superar os desafios colocados. Ademais, o livro faz parte de um conjunto de mais de quatro volumes que serão publicados posteriormente e que completam o curso de introdução à sociologia<sup>3</sup> do autor.

Em relação ao contexto histórico em que o curso foi produzido, Bourdieu havia acabado de publicar duas de suas mais importantes obras, sendo elas *A distinção: crítica social do julgamento* (2007) e *O senso prático* (2011). Como resultado, ocupou a cátedra de Sociologia do *Collège de France* e ministrou nos seus primeiros cinco anos o curso que deu origem a esse livro (WACQUANT, 2012).

Segundo Bourdieu, apesar de se chamar “Curso de Sociologia geral”, as aulas podem ser compreendidas como uma introdução à sua teoria sociológica e suas reflexões sobre a capacidade que têm as ciências sociais de produzir classificações científicas sobre a realidade. Mais especificamente, o fio norteador do autor é entender a singularidade do fazer sociológico ao tentar classificar um mundo onde os próprios agentes são classificadores. De certa maneira, o objetivo da teoria de Bourdieu pode ser melhor entendido situando o estado em que se encontrava a disputa intelectual e teórica na França até a década de 80.

<sup>1</sup>Graduado em ciências sociais pela UFRJ e mestrando em sociologia e antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Também é integrante do núcleo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA). Tem interesse nas áreas de Sociologia do Trabalho e Sociologia Econômica.

**COMO CITAR:** HAMDAN, Tarik Dias. “O que significa classificar? A relação entre o cientista social e seu objeto na sociologia de Pierre Bourdieu.”. In Revista Ensaaios, v. 19, jul-dez, 2021, p. 154-160.

<sup>2</sup>*Sociologie Générale, vol. 1: Cours au Collège de France (1981-1982)* é o título original da obra.

<sup>3</sup>Estando disponível apenas em francês, os outros volumes procuram desenvolver mais a fundo os conceitos de sua teoria. Assim, enquanto o segundo versa sobre os conceitos de *habitus* e campo, o terceiro introduz a noção de capital. Em seguida, o quarto apresenta um desenvolvimento sobre a categoria de poder simbólico, deixando o último volume para apresentar o potencial analítico de sua teoria.

Se, por um lado, o país deu origem à tradição do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, ao mesmo tempo ganhava forças correntes teóricas como a fenomenologia, inspirada nos trabalhos de Jean-Paul Sartre. Em relação a primeira corrente, o autor a nomeia de objetivismo, visto a importância de distribuir os indivíduos segundo leis conhecidas apenas pelo pesquisador. Em contraposição, a fenomenologia, apelidada de subjetivismo, ressalta a capacidade criativa dos sujeitos, se negando a formular leis sociais mais amplas. Para Bourdieu, esta divisão no campo acadêmico se apresentava como uma falsa antinomia, podendo ser superada se levássemos a sério o significado de classificar o mundo social a partir das diferenças fundamentais entre as codificações operadas pelos atores no cotidiano e as do sociólogo.

Nesse sentido, em sua primeira aula, Bourdieu procura comparar o ato de classificar do cientista social com o de outras profissões, como o botânico. Diferentemente das ciências naturais, o sociólogo se depara com um mundo onde a realidade social se apresenta previamente classificada pelos agentes - um exemplo é a divisão entre masculino/feminino. Para o autor, a importância do ato de nomear está em uma capacidade de construir a própria realidade, produzindo as propriedades da coisa nomeada e conferindo um estatuto ao objeto. Em vista disso, Bourdieu, se diferencia das correntes objetivistas, atribuindo uma maior agência aos indivíduos, sendo eles mesmos sujeitos classificadores e não apenas produto de leis sociais que os precedem.

Dessa maneira, ao não refletir sobre o ato de nomeação, a sociologia estruturalista tende a misturar as suas classificações com as divisões emprestadas da realidade. Ainda como agravante, Bourdieu argumenta que em toda classificação há o problema de quem possuirá autoridade para impor uma divisão. Como exemplo, o autor indica quais são as condições em que um insulto pode operar como classificador legítimo. Se o sujeito emissor não possui autoridade para fazê-lo, sua tentativa é fracassada, mas se o indivíduo é o "autor de sua autoridade", ou seja, possui legitimidade, sua classificação pode ser bem sucedida.

Em um certo sentido, Bourdieu, ao desenvolver esse argumento, dá continuidade às suas críticas feitas em *O senso prático* (2018) ao

estruturalismo. De maneira geral, os autores dessa corrente estariam transpondo o método das ciências físicas para o fazer sociológico. Em vista disso, não consideram relevante a capacidade classificatória dos próprios atores, tratando a realidade social de maneira homóloga à física.

Embora Bourdieu se posicione contra o objetivismo, o autor indica que esta seria a primeira etapa para se atingir um conhecimento científico. Desse modo, o sociólogo deve tentar fugir das estratégias de apresentação de si operadas pelos atores para construir indicadores objetivos. Tais indicadores devem permitir a distribuição das pessoas em um espaço social objetivo e independente do ponto de vista do observador. Caracterizando essa atitude, o autor afirma se tratar de um ponto de vista geometral, se assemelhando ao ponto de vista divino que olha a realidade social de fora e de maneira imparcial.

É evidente que Bourdieu, ao indicar a objetivação como primeira etapa, tem em mente demonstrar como a sua noção de campo como um espaço estruturado de posições ocupadas é um correspondente direto da sua exigência científica. A partir disso, o pesquisador conseguiria distribuir os agentes em um espaço social através de suas propriedades, e seria possível “prever os comportamentos e tomadas de decisão” (BOURDIEU, 2020, p. 78).

Um ponto de ressalva a se fazer é que, para Bourdieu, a simples objetivação leva inevitavelmente a uma ilusão intelectualista, que consiste em atribuir aos agentes sociais os conhecimentos que o pesquisador adquiriu após o ato de objetivação. O custo deste procedimento é sacrificar o entendimento sobre a lógica da ação dos indivíduos, se focando apenas nas regras implícitas que regem as relações. É necessário, portanto, entender também as classificações práticas como esquemas incorporados que funcionam no nível pré-consciente e permitem aos agentes atuarem no dia a dia.

A primeira tentativa de se integrar às classificações objetivas com as práticas teria sido feita pelo marxismo. Contudo, para Bourdieu, essa perspectiva falha ao oscilar entre uma teoria mecanicista ligada ao objetivismo, e uma espontaneísta de tradição subjetivista. Em relação à primeira, o autor afirma que a análise das propriedades objetivas, como

dono dos meios de produção ou vendedor da força de trabalho, se tornam definidores para entender o guia e a ação política. No segundo caso, o espontaneísmo, influenciado por uma leitura sartriana da classe operária, adere a um voluntarismo onde a compreensão da opressão muitas vezes está descolada das propriedades objetivas<sup>4</sup>, e toma a classe operária como pura vontade. Segundo Bourdieu, a dificuldade do marxismo em unir classificação objetiva e prática teria como um dos principais determinantes a própria divisão do trabalho entre cientistas e militantes. Assim, se faz com que a experiência ordinária dos atores não seja integrada ao estudo das propriedades objetivas, não conseguindo resolver o dualismo entre objetivismo e subjetivismo.

Na visão de Bourdieu, é possível resolver essa antinomia apontando que as classificações objetivas observadas pelo cientista fundamentam as classificações práticas dos agentes, ou seja, limitam e possibilitam as estratégias de classificação mobilizadas pelos atores. Um exemplo é a análise do autor sobre o gosto, sendo um esquema de classificação incorporado que serve para classificar, mas que “classifica aquele que classifica” (BOURDIEU, 2020, p. 93).

O conceito fundante que é capaz de fugir ao dualismo exposto por Bourdieu é nomeado de *habitus*, sendo um conjunto de disposições inconscientes que são “produtos da incorporação de estruturas e propriedades de posição que conduzem a práticas que reexprimem a posição em sua lógica” (BOURDIEU, 2020, p. 93). De maneira sintética, o *habitus* é uma noção mediadora que procura entender como a sociedade é depositada na pessoa e o como o indivíduo exterioriza aquilo que é incorporado.

A partir deste conceito, Bourdieu desfere uma das suas principais críticas ao marxismo. Se a tradição de Marx pensa a relação entre a posição objetiva e a ação como sendo mediada pela consciência, Bourdieu torna o *habitus* como mediador central entre esses dois termos.

A conclusão lógica da incorporação do conceito de *habitus* para a análise sociológica é entender que vários discursos e práticas são compatíveis com as mesmas disposições e, por isso, a ação dos grupos sociais deve ser entendida à luz das possibilidades e limitações impostas

<sup>4</sup> Nesta parte, Bourdieu se refere ao historiador Edward Thompson como um dos exemplos de leitura subjetivista.

pelo *habitus*. Nesse sentido, podemos entender que, para o autor, as ações classificatórias possuem uma autonomia em relação as suas posições objetivas, contendo, portanto, uma autonomia relativa. Para Bourdieu, essa independência abre espaço para uma concorrência entre as classificações e, portanto, a análise sociológica deve se focar nas lutas classificatórias empreendidas pelos sujeitos dentro de um campo.

Continuando a linha de raciocínio, Bourdieu aponta que as lutas de classificação operam com o objetivo de conseguir o monopólio do poder simbólico, sendo uma relação que pressupõe o reconhecimento de uma forma específica de conhecimento do mundo e a criação da realidade. Para o autor, ainda, o que permite a operação do poder simbólico é a aquisição do capital simbólico pelos indivíduos e grupos sociais. Definindo mais explicitamente, o capital simbólico é um estatuto social que permite que os indivíduos sejam ou não reconhecidos. Um exemplo é o sobrenome, que define se o sujeito possui ancestrais com prestígio ou não e, portanto, define a maneira como será tratado.

O principal objetivo das lutas simbólicas de classificação, para o autor, é a formação de identidades e a capacidade de fazer existirem grupos. Nesse sentido, o autor salienta que a existência de classes deve ser pensada não apenas na sua realidade em si (objetivamente), mas também na sua capacidade de construir simbolicamente suas próprias representações.

Então, para que a existência de um grupo social se realize, ela está condicionada à sua capacidade de acumular capital simbólico, sendo necessário objetivar e institucionalizar o capital nos corpos e nas coisas. Bourdieu, em suas últimas duas aulas, discorre sobre como esse fenômeno acontece, passando da objetivação através dos sobrenomes familiares que carregam reconhecimento até a institucionalização em organizações capazes de autorreproduzir o capital simbólico.

De maneira sintética, o acúmulo de capital simbólico de uma coletividade se realiza mediante uma procuração, ou seja, a capacidade que um grupo tem de se realizar nos corpos e nas coisas. Como sindicatos, partidos, Estado, família e líderes. Para Bourdieu, o cerne da questão é o fato de o grupo só poder apreender a sua imagem através da representação

que seus representantes lhe dão. Esse fenômeno é ainda complexificado, pois a atribuição de autoridade social através da delegação do grupo a uma instituição ou líder gera, ao mesmo tempo, o esquecimento da origem da autoridade do mandatário. Como consequência, a acumulação de capital simbólico do grupo só pode ser feita através de um fetichismo do representante em relação aos representados.

Outra questão relevante apontada pelo autor no final de seu livro é como a relação entre mandantes e mandatários pode se inverter nas classes dominadas. Diferentemente de grupos organizados, as classes com menos capital simbólico não possuem sua existência garantida através de instituições, como a universidade e sindicatos. Nesse caso, elas precisam se representar através de porta-vozes que recebem sua autoridade através de uma delegação. A questão central é que Bourdieu apresenta a possibilidade de as autoridades expropriarem o grupo, e se autonomizarem do coletivo. Como bem ilustra o autor na temática sobre representação política, quanto mais nos aproximamos das camadas dominadas da sociedade, mais se observa que os sujeitos se sentem desprovidos da capacidade de responder perguntas relacionadas ao universo da política. Dessa maneira, eles se abstêm ou delegam a questão para seus porta-vozes. Podemos dizer que opera nessa relação um efeito de censura sobre as classes dominadas, fazendo com que o mandatário substitua o grupo como um todo.

Um outro caso de delegação estudado é a questão do Estado. Segundo o autor, o Estado se apresenta como um representante universal, funcionando como o "depositário do senso comum" (BOURDIEU, 2020, p. 155). Dialogando explicitamente com Weber, que afirma que o Estado é o monopólio legítimo da violência, Bourdieu sustenta que devemos acrescentar a essa definição que a violência simbólica legítima é a característica fundamental de uma instituição como o Estado. Isso se deve pois os atos de violência simbólica praticados por esse ator, são reconhecidos universalmente por todos os agentes sociais. A consequência imediata é a capacidade que o Estado possui de impor uma visão sobre os outros atores. Para o autor, o monopólio simbólico se expressa fundamentalmente em instituições como o sistema escolar, por exemplo. Nesse sentido, o título acadêmico reconhecido pelo Estado funciona como

uma moeda que tem valor em diversos espaços sociais, como por exemplo o mercado de trabalho.

Bourdieu finaliza o seu curso indicando que, por trás da discussão sobre as lutas de classificação, a pergunta central que se esconde é “o que é dizer a verdade do mundo social?” (BOURDIEU, 2020, p. 158). Para o autor, adotar o perspectivismo seria insuperável no primeiro momento, pois a própria verdade é o que “está em jogo nas lutas” (BOURDIEU, 2020, p. 159). Assim, a tarefa prioritária da ciência não é decidir onde está a verdade, mas saber que se enfrentam duas concepções de mundo.

De maneira geral, o curso transcrito de Pierre Bourdieu nos permite entender, de maneira didática, a importância que o autor atribui na discussão sobre os fundamentos da teoria sociológica para entender o fazer sociológico. Assim, conseguimos acompanhar durante a leitura da obra a importância de fazer uma análise da relação entre o sujeito científico e seu objeto, superando tanto o objetivismo quanto o subjetivismo. Dessa maneira, o entendimento das diferenças entre as classificações que o sociólogo opera e as que os sujeitos sociais empregam, possibilita que os cientistas sociais adquiram uma maior reflexividade sobre a pesquisa empírica e seus obstáculos, ao tentar classificar sujeitos que se classificam. Por fim, o desenvolvimento de conceitos como *habitus* e as lutas de classificação, são centrais para os cientistas sociais e ainda permanecem pertinentes para as gerações de sociólogos que se seguem.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: Crítica Social do Julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007

BOURDIEU, Pierre. O senso Prático. Petrópolis: Vozes, 2011

BOURDIEU, Pierre. Sociologia geral, Vol. 1: lutas de classificação: Curso no Collège de France (1981-1982). 2020. 1o ed, Editora Vozes.

WACQUANT, Loïc J. D. “O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal”. Revista de Sociologia e Política, novembro de 2002, p. 95–110.